



Pré IGF Brasileiro 2016

11 Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016



UI Fórum da Internet no Brasil

Pré IGF Brasileiro 2016

egi.br



Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

Trilha 3

CONTEÚDOS E BENS CULTURAIS

Agenda para o desenvolvimento da economia da cultura no Brasil e a LDA

Coordenadores

Henrique Faulhaber e Marcos Dantas Loureiro



A Câmara de Conteúdos e Bens Culturais do CGI.br realizou sua primeira reunião anual de 2016 durante o VI Fórum da Internet no Brasil.

Tópicos como direitos autorais, compartilhamento de conteúdos e bens culturais, pirataria e desenvolvimento de plataformas para conteúdos nacionais e políticas de educação foram os fios condutores para os debates da Câmara.

Algumas perguntas orientaram a agenda de debates do dia:

1. Quais elementos devem fazer parte de uma agenda para o desenvolvimento, no Brasil, da economia da cultura e de cadeias produtivas relacionadas às artes e cultura, apoiadas em ferramentas digitais, principalmente Internet, contemplando atores de diversos setores?
2. Quais elementos relacionados aos direitos autorais no ambiente digital deveriam ser discutidos para fomentar a economia da cultura?



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

3. Quais elementos devem ser debatidos para uma política de educação que considere a cultura e a Internet?



Posicionamento dos Integrantes da Câmara



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

TEMA 1

Agenda para o desenvolvimento da economia da cultura no Brasil

Consensos

- A educação deve ser incluída como elemento de discussão de uma agenda de desenvolvimento da economia da cultura na Internet.

Pontos a aprofundar

- Condições para o fomento ao campo dos games, visto que está na intersecção entre as áreas de Ciência e Tecnologia da Informação (CTI) e Cultura;
- É necessário discutir o uso do termo “Economia criativa”, uma alternativa apresentada foi o termo “humanidades digitais”;

- Criação de um repositório online com informações sobre a produção audiovisual brasileira. É necessário discutir o modelo de comunicação pública no Brasil e sua migração para a perspectiva digital.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

TEMA 2

**Direitos autorais no ambiente digital para
fomentar a economia da cultura**

Pontos a aprofundar

- Reformar a lei brasileira de direitos autorais que está em descompasso com o tempo presente;
- O processo de universalização da tecnologia pode levar o uso das tecnologias a se sobrepor às legislações locais de direitos autorais;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A rigidez das regulamentações pode descaracterizar a Internet enquanto espaço de liberdade de criação e diversidade e tolher seu potencial como ambiente de negócios.
- Modelo que equacione o acesso à produção audiovisual pelo público na Internet e a remuneração dos/as produtores/as do setor;
- Contradições entre a cultura participativa digital e a noção clássica de direitos autorais.

Dissensos

- A prática de livre compartilhamento de produções audiovisuais na Internet tem impactos negativos na sustentabilidade do setor audiovisual brasileiro.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

TEMA 3

Elementos necessários para uma política de educação que considere a cultura e a Internet

Consensos

- A baixa qualidade do acesso à internet nas escolas é um entrave para a difusão de conteúdos e bens culturais em ambiente educacional.

Pontos a aprofundar

- Criação de uma plataforma educacional com conteúdos elaborados de forma colaborativa no Brasil;
- Aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) em projetos/iniciativas de inclusão digital.

Dissensos

- Os conteúdos educacionais na Internet não devem ser disponibilizados de maneira gratuita.

Em âmbito governamental, os materiais educacionais devem ser ofertados a baixo custo, não a custo zero.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

RELATOS DOS GRUPOS

Grupo 1

Elementos que devem fazer parte de uma agenda para o desenvolvimento, no Brasil, da economia da cultura e de cadeias produtivas relacionadas às artes e cultura, apoiadas em ferramentas digitais, principalmente Internet, contemplando atores de diversos setores

Consensos

- É necessário universalizar o acesso à Internet no Brasil;
- Deve-se realizar formação para que os indivíduos consigam encontrar conteúdos independentes e livres e conhecer formas de produção e distribuição;
- É necessário implementar um sistema estratégico de comunicação pública como forma de apoio a produtores/as independentes;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Os recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) devem ser liberados imediatamente;
- É necessário reformar a lei do direito autoral.

Pontos a aprofundar

- As possibilidades e limites da criação de uma plataforma nacional para distribuição de conteúdo de forma a remunerar o produtor independente;
- Caminhos para a criação de redes alternativas, livres e não corporativas;
- Políticas públicas relacionadas a pontos de cultura e mídia livre;



- Identificar e propor soluções aos gargalos da cadeia produtiva de bens culturais;
- Estratégias para o fortalecimento de “etnomídia” e outras formas de diversidade cultural;
- Identificar modelos internacionais para fomento à economia criativa, sobretudo a independente;
- Apoiar e ampliar a pesquisa sobre o funcionamento das redes corporativas.



Dissensos

- A necessidade de formalização jurídica para atuar como produtor independente.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

RELATOS DOS GRUPOS

Grupo 2

Elementos relacionados aos direitos autorais no ambiente digital que devem ser discutidos para fomentar a economia da cultura

Consensos

- Observar e complementar os processos legislativos no que se refere aos Direitos Autorais e pensar no CGI.br como um guardião de seus próprios princípios baseado no Decálogo do CGI.br;
- O CGI.Br deve pensar nas questões de limitações das *Technological Protection Manager* (TPMs) e as questões de jurisdição;
- É necessário identificar meios de preservar a produção de conteúdo nacional.

Pontos a aprofundar

- É necessário discutir e explicar para a população e para os operadores do direito o que são direitos autorais em modelos de negócio;
- Incluir a questão dos Direitos Autorais no conteúdo programático da Escola de Governança da Internet (EGI) Jurídica;
- O CGI.br deve realizar campanhas de capacitação sobre a questão dos direitos autorais no ambiente digital e sobre o compartilhamento de arquivos;



- O CGI.br deve criar seminários sobre a Economia criativa, Direitos Autorais e modelos de negócios. Os seminários devem ser realizados fora do eixo Rio-São Paulo ou contar com auxílio para a participação;
- Aprofundar a compreensão sobre os modelos de negócio existentes e discutir se streaming resolve ou não a questão dos *downloads* considerados ilegais, assim como compreender como os serviços de *streaming* se relacionam com outros *players* do mercado;

- Pensar novos modelos de negócio com base no Decálogo do CGI.br e de princípios da Economia Criativa;
- Analisar e discutir como funcionam as *Multi Scene Network* (MSNs) no youtube, verificando o modelo de remuneração por sessão e a probabilidade de maior sucesso para as pessoas que estão associadas a uma dessas MSNs;



- Analisar a relação entre os nomes de domínio, o patrimônio imaterial e questões de direito e registro desse patrimônio imaterial.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

RELATOS DOS GRUPOS

Grupo 3

Elementos que devem ser debatidos para uma política de educação que considere a cultura e a Internet

Consensos do grupo

- É necessário defender a ampliação e a qualificação das políticas públicas de acesso à banda larga no Brasil;
- As políticas vigentes para a ampliação da banda larga, como o Programa Banda Larga nas Escolas e as demais políticas de acesso livre por banda larga aberta, não têm sido suficientes;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- É necessário ampliar a discussão sobre políticas de financiamento público (como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST) e sobre a contrapartida das concessões públicas aos provedores de acesso;
- Existem problemas estruturais de conexão de banda larga nas escolas. O ambiente escolar fica à margem da inclusão e da cultura digital devido aos recursos escassos de conectividade;



Pré IGF Brasileiro 2016

VI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- É necessário criar um indicador de qualidade de conectividade para as escolas, baseado na quantidade de alunos(as).
- Deve-se manter um diálogo com o poder público no sentido da continuidade das políticas voltadas à inclusão digital através de programas suprapartidários que possam ser conduzidos e acompanhados pelo CGI.BR;



- O CGI.BR pode ser o catalisador de uma discussão ampliada sobre o desenvolvimento de um *framework* para a integração de recursos educacionais abertos (REA).

Dissensos

- Formas de realização e regulamentação da produção e distribuição de conteúdo e necessidade de plataformas de acesso a esses recursos;
- Iniciativas governamentais de criação de portais de conteúdo podem não obter o resultado esperado para o estímulo à cultura de compartilhamento e produção de material pedagógico digital.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

PLENÁRIA

Observação Geral

- O tema 1 (*) referenciou muitos elementos diferentes e, ainda que eles estivessem conectados, dificultou a discussão.

(*) Elementos que devem fazer parte de uma agenda para o desenvolvimento, no Brasil, da economia da cultura e de cadeias produtivas relacionadas às artes e cultura, apoiadas em ferramentas digitais, principalmente Internet, contemplando atores de diversos setores.

Pontos a aprofundar

- Incluir representantes do setor dos quadrinhos nas discussões sobre economia criativa;
- Necessidade de infraestrutura de rede adequada para propiciar o acesso à produção de bens culturais em todas as regiões do país;



- Formas de capacitação dos produtores/as para que se beneficiem financeiramente das práticas de compartilhamento virtual de suas obras;
- Modos inovadores de distribuição de conteúdo na Internet.

Dissensos

- A necessidade do CGI.br se colocar como indutor das políticas da produção de portais ou de organizações de conteúdo;
- O papel do CGI.br na política de criação de Content Delivery Network (CDNs).



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

PLENÁRIA FINAL

Elementos relacionados aos direitos autorais
no ambiente digital discutidos para fomentar a
economia da cultura

Pontos a aprofundar

- A percepção dos jovens sobre o direito autoral no contexto da cultura de compartilhamento;
- A discussão sobre Direitos Autorais deve se preocupar com os direitos do acesso para não excluir comunidades tradicionais ou incluí-las de maneira autoritária;

- Modelos de negócio e formas de remuneração que beneficiem os/as autores/as e produtores/as sem excluir e limitar o acesso aos bens culturais no ambiente digital;
- Formas de manter e/ou fortalecer a economia do compartilhamento sem infringir os direitos autorais, garantindo a remuneração dos autores/as e produtores/as;
- Diferenças entre pirataria e economia do compartilhamento;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- O embasamento empírico dos argumentos contrários à pirataria como prejudicial à produção cultural.
- Impactos do combate à pirataria sobre o acesso a plataformas de compartilhamento e sobre a inovação.

Dissensos

- Efetividade do direito autoral para garantir inovação e proteção do produtor;
- O direito autoral defende apenas os interesses do mercado;
- A legalidade das ações da economia de compartilhamento;

- O direito autoral como forma de garantir a monetização da produção;
- Possibilidade da economia do compartilhamento propiciar retorno sobre os investimentos e remuneração adequada do trabalho dos/as artistas;
- As obras audiovisuais brasileiras produzidas com recurso público deveriam ser disponibilizadas ao público gratuitamente na Internet.



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

Elementos necessários para uma política de educação que considere a cultura e a Internet

Consenso

- As noções de conectividade, participação e autonomia dos docentes e discentes devem ser consideradas na constituição das políticas sobre ampliação da banda larga nas escolas.

Pontos a aprofundar

- As discussões sobre Cultura e Educação relacionadas à Internet devem considerar a Política Nacional de Educação;
- Modos de acompanhamento das políticas e iniciativas legislativas relacionadas aos princípios do Decálogo do CGI.br.

Fechamento pelo coordenador

- Como alternativa à expressão “economia criativa”, que reforça a divisão internacional do trabalho, pode-se adotar o termo “economia da cultura”;
- A Lei do Direito Autoral está aquém do debate sobre como pactuar a necessidade de retorno financeiro das empresas e a remuneração dos/as trabalhadores/as, sem bloquear os espaços de criatividade;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- A Internet não é mais algo externo a nenhum de nós. É preciso assumir que as discussões que estão na Internet estão também na sociedade e vice-versa;
- A solução para o problema do acesso da população brasileira à Internet não deve passar pela iniciativa privada, e sim por políticas públicas;



Pré IGF Brasileiro 2016

UI Fórum da Internet no Brasil

Porto Alegre, 11 a 13 de julho de 2016

- Iniciativas de empresas como o Facebook não podem ser confundidas com políticas de inclusão digital. O Facebook não faz política pública, faz filantropia cínica;
- O uso da expressão “pirataria” para referenciar práticas de compartilhamento de conteúdos por usuários/as na Internet é motivo de dissenso e precisa ser aprofundado;
- O Projeto de Lei 5204/2016, que prevê o bloqueio de aplicações de Internet por ordem judicial, fere os princípios do Comitê Gestor da Internet.